

Por que as novas restrições de pesca preocupam os pescadores artesanais?

Série: Análises Técnicas IMARIS

Número: AN-001

Autor: Paulo Roberto Simões de Simões

Instituição: Instituto Marinho e Ecossistemas Sustentáveis – IMARIS

Data de publicação: maio de 2026

Esta análise técnica apresenta uma síntese do Artigo Técnico IMARIS AT-001, elaborado com base na literatura científica e na legislação vigente.

Resumo

As comunidades pesqueiras artesanais desempenham papel fundamental na segurança alimentar, na conservação dos conhecimentos tradicionais e na economia de milhares de municípios brasileiros. No entanto, a ampliação das restrições à captura de espécies ameaçadas de extinção tem provocado crescente preocupação entre pescadores e suas organizações representativas. Embora as medidas de proteção sejam respaldadas por evidências científicas sobre o declínio de diversos estoques pesqueiros, sua implementação frequentemente gera impactos sociais e econômicos significativos para famílias que dependem diretamente da pesca artesanal. Esta análise técnica apresenta uma síntese desse cenário à luz das recentes normativas ambientais, das discussões atuais e da literatura científica.

Desenvolvimento

A pesca artesanal responde por parcela expressiva da produção pesqueira destinada ao consumo interno e representa uma das principais fontes de renda para milhares de comunidades tradicionais distribuídas ao longo do litoral brasileiro, da Amazônia e das grandes bacias hidrográficas. Além da importância econômica, essa atividade preserva conhecimentos transmitidos entre gerações e constitui patrimônio cultural reconhecido pela Constituição Federal.

Nos últimos anos, entretanto, o Brasil intensificou as políticas voltadas à conservação da biodiversidade aquática. Em 2026, o Ministério do Meio Ambiente atualizou a Lista Nacional de Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção, elaborada a partir de avaliações técnicas conduzidas pelo ICMBio. As novas portarias estabeleceram restrições à captura,

comercialização e transporte de diversas espécies consideradas vulneráveis ou ameaçadas, prevendo inclusive períodos de adaptação para alguns setores produtivos. Essas medidas buscam reduzir a pressão sobre populações naturais que apresentam declínio em função da sobrepesca, da degradação dos habitats, das mudanças climáticas e de outras pressões ambientais.

Sob a perspectiva ambiental, há amplo consenso científico de que diversas espécies marinhas e de água doce apresentam redução populacional preocupante. Estudos demonstram que a perda de biodiversidade compromete o equilíbrio ecológico dos ecossistemas e, consequentemente, a própria sustentabilidade da atividade pesqueira. Nesse contexto, órgãos como o IBAMA e o ICMBio defendem que restrições temporárias ou permanentes à captura de determinadas espécies são instrumentos indispensáveis para evitar colapsos dos estoques pesqueiros.

Por outro lado, as comunidades pesqueiras argumentam que grande parte das normas é construída com limitada participação dos pescadores artesanais e frequentemente desconsidera as particularidades regionais. Organizações representativas afirmam que, em muitos casos, a pesca artesanal de pequena escala possui impactos significativamente menores que aqueles observados em determinadas modalidades da pesca industrial, além de sofrer os efeitos da degradação de manguezais, da poluição, dos empreendimentos costeiros e das mudanças ambientais decorrentes do aquecimento global.

As críticas mais recorrentes apontam que as restrições acabam transferindo para os pescadores artesanais uma parcela desproporcional da responsabilidade pela conservação dos recursos pesqueiros. Em muitas localidades, espécies tradicionalmente capturadas passam a integrar listas de proteção sem que existam políticas públicas suficientemente estruturadas para compensação financeira, diversificação produtiva ou capacitação profissional. Como consequência, diversas famílias enfrentam redução da renda, insegurança alimentar e aumento da vulnerabilidade social.

Pesquisas acadêmicas também destacam que os conflitos decorrem não apenas das restrições em si, mas da forma como a gestão pesqueira é conduzida. Diversos autores defendem modelos de cogestão, nos quais cientistas, gestores públicos e pescadores participam conjuntamente da elaboração das normas. Essa abordagem permite incorporar conhecimentos ecológicos tradicionais acumulados por décadas de observação dos ambientes costeiros e fluviais, aumentando a legitimidade das decisões e favorecendo seu cumprimento.

Outro aspecto frequentemente mencionado é a necessidade de fortalecer a fiscalização sobre atividades de maior impacto ambiental e sobre práticas de pesca ilegal. Entre elas destacam-se a captura de espécies protegidas, a pesca durante o período de defeso, o uso de petrechos proibidos, a atuação sem licença e outras infrações previstas na legislação ambiental e pesqueira. Também merece atenção a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), reconhecida internacionalmente como uma das principais ameaças à sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Nesse cenário, especialistas defendem que a conservação ambiental e a proteção social não devem ser tratadas como objetivos conflitantes. Ao contrário, políticas públicas eficazes precisam conciliar a recuperação dos estoques pesqueiros com programas de assistência às comunidades afetadas, incentivos à pesca sustentável, monitoramento participativo, fortalecimento da gestão compartilhada e ampliação das alternativas de geração de renda durante os períodos de restrição.

Considerações finais

A proteção das espécies ameaçadas constitui uma necessidade inquestionável para assegurar a manutenção dos ecossistemas aquáticos e a sustentabilidade da pesca no longo prazo. Contudo, as recentes restrições impostas à captura de diversas espécies evidenciam a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de governança ambiental.

A construção de políticas participativas, baseadas tanto no conhecimento científico quanto nos saberes tradicionais das comunidades pesqueiras, representa um dos caminhos mais promissores para equilibrar conservação da biodiversidade e justiça social.

A sustentabilidade da pesca artesanal depende não apenas de normas restritivas, mas também da valorização dos pescadores como parceiros estratégicos na conservação dos recursos naturais. Somente mediante diálogo permanente, compensações adequadas, gestão compartilhada e fiscalização proporcional aos diferentes impactos sobre os ecossistemas será possível proteger a biodiversidade sem comprometer a sobrevivência econômica e cultural das comunidades que historicamente dependem da pesca artesanal.